

DEMOCRACIA REDISTRIBUTIVA. UTOPIA POSÍVEL?

Maria Ercilia do Nascimento*

Resumo: O presente artigo busca analisar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos entre o final do século XX e início do XXI, tendo como apoio as transformações sofridas pelo Contrato Social e entre as relações Estado/sociedade civil. Entendido este período como de crise histórica, a ideia é olhar para as consequências do extraordinário avanço capitalista, particularmente, após a queda do Muro de Berlim. O mundo se vê devastado pelas guerras, fome, desemprego, deslocamentos populacionais, violência assim como a globalização torna-se um fenômeno sem volta. A democracia representativa já não consegue responder às atribuições que lhe foram delegadas, e o avanço do grande capital fazem o Estado refém de grupos privados. Recuperar a Utopia, tornar o Estado um novo movimento social e exercitar a democracia redistributiva podem ser caminhos a trilhar.

Palavras-Chave: Globalização; Democracia; Estado/sociedade civil; Utopia; movimentos sociais.

Abstract: This article attempts to analyse political, economic and social events that occurred between the late XX century and end XXI century, having as support the transformation undergone by the Social Contract and the relationship between state/civil society. Understood as this period of historical crisis, the ideas is to look at the consequences of capitalist extraordinary progress, particularly after the fall of Berlin Wall. The word sees itself ravaged by wars, hunger, unemployment, population displacement violence just as globalization becomes a phenomenon of no return. A representative democracy can no longer respond to the tasks delegate of great capital to get State hostage to private groups. Recover Utopia, make the State a new social movement and exercise redistributive democracy may be a way forward.

Keywords: Globalization; Democracy; State/ Civil Society; Utopia; Social movements

I INTRODUÇÃO

O tema Políticas Públicas e Controle Social dá espaço para diferentes enfoques. Este artigo parte da observação de fenômenos que alteraram os domínios do político, do social e do econômico em um espaço/tempo determinado. Nestes termos caberia, primeiro, considerar se o paradigma teórico/metodológico das ciências sociais ainda responde às exigências do século XXI, e em que sentido ele consegue ser convincente frente aos desafios que o novo século apresenta; segundo, em que limites as alterações no âmbito das relações Estado/sociedade-civil - esfera de contraposição entre a sociedade civil e o Estado de natureza - advindas com o fim do Estado-Providência, a globalização, a redução de energias renováveis, a dominação do capital financeiro, ondas migratórias, a fome, o desaparecimento do campo, e assim por diante, podem ser suplantadas. Na verdade, não se pode falar de crise nas relações Estado/sociedade civil sem que se agregue a idéia chave do contrato social, no sentido roussoniano, nascido entre homens livres visando elevar ao máximo o princípio da liberdade. É dele a metáfora fundadora das sociedades humanas, ao exprimir uma constante tensão entre regulação/emancipação, vontade geral/vontade individual, bem privado e bem comum. "Tão miticamente quanto o pensávamos, o contrato social marca o início das sociedades. Em função destas ou daquelas necessidades, alguns homens decidem, certo dia, viver em conjunto e se associam; desde então não sabemos mais passar uns sem os outros." (SERRES, 1991, p.57). Esta afirmação se completa com Boaventura de Souza Santos para quem "o Estado nacional, o direito, e a educação cívica sustentam o desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil." (SANTOS, 1999, p.33).¹ Terceiro, as demandas dos movimentos sociais, ou se se preferir da sociedade civil organizada junto ao Estado, agora esvaziado das prerrogativas que detinha anteriormente sobre a condução das políticas públicas, voltadas para os setores essenciais. Perdendo força como planejador/executor único - atualmente em grande parte nas mãos de grandes empresas de grupo - as difíceis, e nem sempre igualitárias, parcerias entre a esfera pública e privada mercantilizam o serviço público, ao mesmo tempo em que colocam estes dois setores, e representantes da própria sociedade, em negociação direta com o Estado. Reside aí, segundo a Constituição de 1988, a diretriz que preconiza em sua Seção IV Da Assistência Social, Artigo 204 "a participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis"; quarto, os sentidos e significados da democracia representativa, já que ela tem se mostrado insuficiente frente às exigências dos habitantes-perdedores do planeta. A escala deixa de ser local, para se tornar rigorosamente planetária e a inclusão/exclusão termos-chave na dialética estabelecida entre os que, nos dias de hoje exigem reparações e reconhecimento

de direitos em diferentes níveis. Por último, considerar os trabalhos de cientistas e pesquisadores preocupados com a rota das transformações - hoje irreversíveis - num mundo conectado em redes, ao lado do domínio rigorosamente absoluto das empresas midiáticas, das perdas substanciais das culturas locais e das identidades, ao lado das democracias sofrendo desgastes em seus próprios termos tanto em países centrais, como periféricos. Entretanto, para além das pesquisas e análises sobre o campo das políticas públicas e do trabalho de institutos e ONGS voltados para formulação e implantação de programas que contemplam a participação popular de grupos organizados em diferentes setores da administração pública - caso específico do Instituto Pólis de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas, com sede na cidade de São Paulo - nosso objetivo é ir além dos dados estritamente empíricos para ampliar o debate em perspectiva temporal e espacial. O propósito é não perder de vista, as questões internacionais, e que em alguma medida suplantam âmbito nacional, estando entre elas a reordenação das desigualdades, em uma divisão de quase bipolaridade psíquica, conhecida como "Norte" e "Sul". O Estado no século XXI vive um impasse entre o local/regional/nacional/internacional com as populações submetidas aos mecanismos perversos de inclusão/exclusão que atravessam extensas áreas do planeta. Enfim, o papel e o lugar das ciências naturais e humanas com o intuito de verificar se há como estabelecer um ponto de equilíbrio que assinale um futuro menos sombrio. Tarefa nada fácil porque, até mesmo cientistas de diferentes linhagens como Edgard Morin, Eric Hobsbawm, Claude Lévi-Strauss ou Boaventura Souza Santos, por vezes, oscilam entre as perdas e aquisições, destruições e reconstruções vividas pelos homens, ou em outras palavras, entre o desencanto e a Utopia.

Vivenciando este início de século sabemos que ele não trouxe até agora horizontes promissores, embora sempre existam indícios de uma esperança refreada e contida. Neste equilíbrio tênue e sutil está o medo, a violência, atentados terroristas, narcotráfico/crime organizado, revoltas e levantes em diversas partes do mundo, crises econômico/financeiras abalando países centrais do sistema capitalista. Faz-se necessário e urgente que o milênio repense seus pressupostos que até agora - para o bem ou para o mal - foram as fundações da sociabilidade humana enquanto tal. Imaginar a Utopia, como ideia e como indicadora de perspectivas futuras, seria um primeiro passo. Frédéric Jameson indaga se o conceito e se seu uso ainda têm sentido e se sua função social permanece. Porque, se ela não existir mais, a elucidação estaria na singular divisão do mundo em dois polos: um primeiro, caracterizado pela extrema miséria onde o pensamento utópico não faz nenhum sentido, e um segundo onde o acúmulo de riquezas, conquistas tecnológicas e assim por diante, tornam a utopia mero colóquio de diletantes. Utópico, nestes termos adquire conotações distintas, sendo a mais comum a que se associa à esquerda, designada como comunismo e/ou socialismo, e outra de

direita indicando totalitarismo, entendido por vezes como sinônimo de stalinismo. Jameson se pergunta ainda se há necessidade de ficarmos prisioneiros destas duas questões que, em outras palavras, dizem respeito ao reformismo social democrata ou à ditadura do livre mercado. Por que não sermos livres para discuti-la? Por que não nos libertarmos das complicações políticas e deixamos o espírito solto para novamente incorporá-la às questões do tempo presente? Isto seria possível sem esquecer o enfraquecimento da utopia enquanto ideia e enquanto sintoma do histórico e político. O sentido de enfraquecimento da história e da diferença histórica que caracteriza a pós-modernidade está intimamente interligado à perda do horizonte futuro, ou além da história – ou segundo o filósofo,

Hoje é bastante difícil imaginar algum programa político radical sem o conceito de alteridade sistêmica, de uma sociedade alternativa, que apenas a ideia de utopia parece manter vivo, ainda que de modo débil. É claro que isso não significa que, ainda que consigamos reviver a própria utopia, os contornos de uma política prática nova e eficaz para a época da globalização vão se tornar visíveis de imediato; mas apenas que jamais chegaremos a ela sem isso (JAMESON, 2006, p.160).²

2 CIÊNCIA E CIENTISTAS A CAMINHO DO FUTURO

Desde os anos 70/80 do século passado as ciências enfrentam um processo de reconstrução conceitual, parte de um esforço que buscou rever os compartimentos a que foram submetidas diferentes áreas do conhecimento. Trata-se de constatar os avanços científicos em todos os campos e, ao mesmo tempo, insistir na “abertura” das ciências, desfazendo-se da herança da ciência clássica em seu esforço secular em distinguir o homem da natureza, as ciências físicas das ciências do homem. Admitindo-se que a vida sobre a terra transcorre numa intensa interdependência de sistemas complexos, pautados pelos princípios de organização/desorganização, Ilya Prigogini, Prêmio Nobel de Química em 1977, destaca a urgência das reconstruções conceituais colocando em destaque a relação espaço/tempo, como elemento agregador entre ciência, cultura e sociedade, uma vez que um único conceito estaria impossibilitado de refletir todos os aspectos do universo. “Neste período de transição, a ciência nos dá uma imagem do devir menos mutilante do que o desenvolvimento automático das leis deterministas clássicas. Processo de transição que expressa nossas interrogações frente a um mundo mais complexo e mais inesperado do que a ciência clássica” (PRIGOGINI, 1989, p. 59). No campo das ciências sociais ou das ciências da cultura o destaque fica com Edgard Morin. Em sua leitura os fenômenos físico-bio-sociais transitam dialeticamente do simples ao complexo e vice-versa, assim como os conceitos que explicam a sociedade são

sempre mais incompletos. O deslocamento dos três termos indivíduo/sociedade/espécie impõe não apenas rearticular o binômio Homem/sociedade, mas restabelecer os nexos entre as esferas biológica e antro-po-social, da mesma forma que discutir os princípios da ciência enquanto tal independentemente de seu objeto e, por esta razão, “a sociologia que terá de nascer deverá ser, primeiramente, uma “ciência natural”, no sentido em que a sociedade é um modo de organização muito disseminado sob formas diversas no mundo vivo”(MORIN, 1989, p.212).³ O esforço da ciência e dos cientistas volta-se, além disso, para responder os desafios do século XXI. São diagnósticos que se aproximam e que tocam impreterivelmente nas mesmas questões. Vistos como um vigoroso alerta em relação à continuidade da vida no planeta, eles tratam da destruição do meio ambiente, do desrespeito às tradições culturais não ocidentais, do desemprego, das migrações, da explosão demográfica, das xenofobias, das guerras e da violência. Não chega a ser novidade que o próprio antropólogo Claude Lévi-Strauss, na década de 1950, ao constatar o aniquilamento das culturas regidas pelo pensamento selvagem, marcadas por seu caráter integrador entre o homem e a natureza, tenha saído de seu período de vivência nos trópicos desencantado e desiludido. Inversamente ao Ocidente devastador, Lévi Strauss irá encontrar no Oriente um conhecimento que ultrapassa a dicotomia homem/natureza, pautado por um tipo de premissa onde todo esforço de compreensão do objeto implica em sua destruição em favor de outro objeto, igualmente de natureza diversa, e assim sucessivamente, até que se volatilize a distinção entre o sentido e sua ausência. Em presença deste princípio de compreensão do mundo - oriundo do budismo - que une o homem ao universo, Lévi-Strauss observa os danos gerados pela arrogância da ciência ocidental e os prejuízos a que foram submetidos povos e culturas do Novo Mundo. Ele se manifesta dizendo que:

O Mundo começou sem o homem e acabará sem ele. As instituições, os costumes e os hábitos que eu teria passado a vida a inventariar e a compreender são uma eflorescência passageira de uma criação em relação à qual não possuem qualquer sentido, senão talvez o de permitir à humanidade desempenhar o seu papel. Longe de ser este papel a marcar-lhe um lugar independente e de ser o esforço do homem - mesmo condenado – a opor-se em vão a uma degradação universal, ele aparece como uma máquina, talvez mais aperfeiçoada que as outras, trabalhando no sentido da desagregação de uma ordem original e precipitando uma matéria poderosamente organizada na direção de uma inércia sempre maior e que será um dia definitiva (STRAUSS, s/d, p. 408).

Tomando como ponto de partida determinados eventos que provocaram rupturas irreversíveis com o passado, e coerente com sua formação marxista, Eric

Hobsbawm, analisa o século XIX em períodos que levam em conta o apogeu e as crises do sistema capitalista e as lutas trabalhistas que o acompanham. A trilogia abre-se com A Era das Revoluções (1789-1848), tendo como foco o que ele denomina de revolução dual ou, em outros termos, o período que corresponde à Revolução Francesa de 1789, encerra-se 50 anos depois com o início da “primavera dos povos” em 1848. Revolução Industrial e Revolução Francesa são estudadas enquanto marcos de natureza econômica e política, ocorridos em um espaço geo-político determinado, mas de alcance internacional. Assinalam a eclosão na cena política do movimento trabalhista e o surgimento das instituições políticas - como a conhecemos hoje - sejam partidos, Estado, parlamentos, assembleias e assim por diante. O período que antecede o longo século XIX ou A Era dos Impérios (1875/1914) é precedido pela Era do Capital (1848/1875), instante em que o movimento revolucionário sai derrotado e o capitalismo se consolida em termos definitivos. Se o liberalismo à época da Era das Revoluções foi representado pelo monopólio industrial inglês, este momento, designado de pós-liberal, deverá abarcar ainda o vertiginoso progresso industrial americano. A Era dos Impérios (1875-1914) ou o “longo século XIX” se passa sobre a sombra de uma catástrofe iminente com sinais que apontavam em diferentes direções, e não apenas para o ritmo e avanço tecnológico vivido tanto pela França e Inglaterra, quanto pelos Estados Unidos. Países situados na periferia do capitalismo tornam-se, neste período, dependentes da exportação de bens primários, integrando um novo mapa em que desenvolvimento/integração/dependência se conjugam⁴. A rota do imperialismo supõe a organização econômica industrial nos parâmetros do chamado capitalismo monopolista, incorporando em suas redes os chamados polos subdesenvolvidos. De fato, o mundo “desenvolvido” caminhava em direção ao progresso na siderurgia, nas comunicações, na energia elétrica, no maquinário industrial, nas redes ferroviárias, telegráficas e marítimas, acrescido da invenção do automóvel e da incrível bicicleta. Produção em massa e avanço dos meios de comunicação⁵. Apesar de ser este o tom da *belle époque*, “as mesmas tendências da economia pré-1914, que tornaram a era tão dourada para as classes médias, empurraram-nas à guerra mundial, à revolução e aos distúrbios, excluindo a hipótese de uma volta ao paraíso perdido” (HOBSBAWN, 1988, p.85).

Em 1994 Hobsbawm escreve o A Era dos Extremos (O Breve Século XX 1914-1991). Ela se inicia com a Primeira Guerra Mundial (1914/1919) envolvendo o continente europeu de leste a oeste, além do Japão, da Turquia e o já cambaleante Império Otomano deixando como legado, enquanto o primeiro conflito de proporções internacionais, um saldo surpreendente de 20 milhões de mortos. A vitória da Revolução bolchevique na Rússia, em outubro de 1917 leva pânico e pavor aos países ocidentais, sendo ela propulsora de uma intensa mobilização que ultrapassou simples adesões. Preconizando a emergência de uma nova sociedade

construída pela vanguarda dirigente do proletariado, a Revolução antevia a solidariedade como mola mestra, preconizava o corte com as amarras do sistema capitalista e delegava ao sistema de planejamento unificado a razão primeira da economia socialista. O pânico toma conta dos Estados europeus, já que grande parte dos movimentos da classe operária havia assumido uma postura bastante próxima ao marxismo, notadamente o partido Social Democrata Alemão. A solidariedade e o alistamento de combatentes oriundos de outros países em apoio à Revolução, que culminou na queda do czar Nicolau III, obrigou os países desenvolvidos do Continente a criarem um cinturão geográfico, remapeando e isolando o Leste a partir da Alemanha. Não cabe aqui detalhar as causas da 2ª Guerra Mundial (1939/1945), mas suas perdas, até hoje incalculáveis, são estimadas em mortes que superam de três a quatro vezes mais a 1ª Guerra. Suas consequências, para além do fortalecimento da indústria armamentista e das guerras da Coreia e do Vietnã, estão na divisão do mundo entre dois grandes blocos. De um lado a URSS controlando uma parte do hemisfério europeu e asiático e, de outro, os Estados Unidos, alçado à condição de potência hegemônica exercendo seu domínio sobre o mundo capitalista.

As implicações econômicas, sociais e políticas que marcam as décadas 50/60, conhecidas como época de ouro tem na ascensão dos Estados Unidos ao topo da liderança mundial, seu fato mais notável. Ao confronto entre estes dois polos - ao qual se pressupunha a eclosão de uma nova guerra mundial, mas que de fato nunca ocorreu - deu-se o nome de Guerra Fria. Foram 45 anos desde a explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, até ao fim da URSS em 1991, com a queda do Muro de Berlim. Distante do perfil que assumiria a irracionalidade humana, e mais além que qualquer previsão otimista, neste momento teria se encerrado o Breve Século XX. Acompanhado por uma onda migratória vinda da Alemanha oriental e do Leste europeu, o "Ocidente" assume ares do paraíso perdido, agora reencontrado. Este exército de futuros consumidores, em pouco tempo se desiludiria com as exigências do sistema capitalista, e assistiria incrédulo ao esfacelamento de países e regiões. Neste quadro, Hobsbawm previu, primeiro, a diminuição dos Estados-nação e o afrouxamento de estruturas internacionais em condições de responder efetivamente ao esfacelamento ou a cisão de países europeus, porque diante de levantes e revoltas separatistas e/ou sectárias, dos quais a Bósnia foi uma das mais sintomáticas, ele se pergunta sobre o status da União Europeia. Criada para atuar sobre causas comuns, tanto ela quanto a ONU foram incapazes de evitar as chacinas cometidas pelas partes envolvidas no conflito. A guerra sangrenta na ex-Iugoslávia além do número incontável de vítimas, assinalou a volta de uma prática que se supunha extinta, isto é, os mecanismos de limpeza étnica contra civis⁶. Segundo, após a queda dos regimes socialistas, ao contrário do que se poderia supor, com rapidez digna de nota, os Estados-nação adequam-

se ao capitalismo que ampliou seus poderes e tornou-os subservientes às regras do mercado.

Um sinal de que o capitalismo está atualmente mais bem organizado do que nunca é o facto de ele dominar todos os aspectos da vida social e ter conseguido neutralizar os seus inimigos tradicionais (o movimento socialista, o activismo operário, as relações não mercantilizadas). Em todo caso, esta organização é ainda muito opaca, e aquilo que já é visível parece bastante provisório, como se estivesse apenas a preparar o caminho para as instituições as regras e os processos que hão de constituir o novo modo de regulação (SANTOS, 2000, p.153).

Por seu lado, Sherif (1998, p. 274), afirma que:

Nunca houve na história mundial uma concentração e centralização do capital em tão poucas nações, e na mão de tão poucas pessoas. Os países que formam o G7 com seus 800 milhões de habitantes controlam mais tecnologia, economia, informática, poder militar do que o restante dos aproximadamente 430 bilhões que vivem na Ásia, África, Leste Europeu, e América Latina.

Já Benedict Anderson avalia que no “breve século XX” os Estados-nação obtiveram um determinado grau de hegemonia e um limite mínimo de estabilidade. Eles ainda garantiram a permanência de suas premissas básicas, isto é, limites geográficos determinados, língua comum e um exército profissional, enquanto esteio da “defesa e da soberania nacional”. Pilares básicos formadores da estrutura simbólica da nacionalidade. A corrida armamentista torna a guerra muito cara e ao perderem a capacidade de autodefesa, os países sujeitam-se aos produtores internacionais de armas mesmo que os Estados nacionais não percam de todo a legitimidade e a homogeneidade que acompanha a ideia de nacionalidade. Anderson se propõe verificar até que ponto o Estado-nação, tornado simultaneamente, dependente dos organismos internacionais, tem fôlego para se opor aos mecanismos que regem a economia nacional ou, dito em outros termos, “a volatilidade do capital financeiro é, por enquanto, tão elevada que mesmo o mais poderoso Estado-nação não pode mais exercer controle pleno sobre o valor de sua moeda e sobre o nível das taxas de juros” (ANDERSON, 2000, p.160). Neste cenário compete aos Estados a tarefa de convencer suas populações a aceitarem ingerências externas e, inversamente, conseguir com que os sistemas internacionais se adequem às realidades nacionais - FMI e as chamadas agências de classificação de risco são alguns dos exemplos mais recentes, como tem se visto na Grécia frente à crise do euro. A permanecer este quadro, dificilmente as “economias nacionais” continuarão a ter o mesmo status já que as distâncias que se estabeleceram entre o “Norte” e o

“Sul” mostram que 25% da população mundial controlam 80% da produção mundial, com um foço cada vez maior dessas desigualdades. Seu lado perverso mede-se pela onda migratória internacional de mão de obra em busca de trabalho, segurança, saúde, educação e assim por diante, obrigando o Estado-nação a redirecionar o sentido da nacionalidade. Não se descarta aqui uma nova incidência do racismo, como vem ocorrendo na França, nos últimos anos, sob o comando de Le Pen. Porém, com a tendência econômica que leva os grandes centros industriais para trilhas multiculturais, Anderson acredita que estejamos em uma rota que consolidaria o “Estado-nação, como uma república de cidadãos e não um clube de etnias”.

A alta significação que assume a crise do contrato social leva Boaventura Souza Santos a ver o Estado diante de problemas de alta complexidade, aos quais ele denomina genericamente de consenso econômico neoliberal. Desdobrando-se em quatro diferentes estâncias, a primeira seria o consenso econômico neoliberal, ou Consenso de Washington. Sob ele incide a responsabilidade pelo reordenamento dos mercados, pelo assombroso crescimento do setor bancário e industrial, pela desregulamentação, privatização e pelos direitos concedidos a novos investidores estrangeiros. A este se articula o consenso do Estado fraco que vai além dos campos econômico e social. Trata-se de reconhecer que o Estado não é mais a imagem da sociedade civil, mas o seu contrário, porque se todo Estado - mesmo aquele onde governa a democracia formal - pode ser reconhecido como autoritário, incompetente e predador, a sua fraqueza seria, inversamente, pré-requisito para o fortalecimento da sociedade civil. “Assim, o enfraquecimento do Estado produz efeitos perversos que colocam em causa as próprias tarefas atribuídas ao Estado fraco: O Estado fraco não pode controlar sua fraqueza”(SANTOS, 1999, p. 47). O consenso do estado liberal, seria a terceira instância, aludindo a concepções que opostas à teoria política do século XIX - preocupada com a soberania do poder estatal e com os limites do poder do Estado - voltam-se ao desempenho da democracia e às funções reguladoras do Estado. Vistas como empecilhos, ou mesmo como incapacidades dos Estados nacionais em controlar forças opositoras, o que se espera é que os canais por onde transitam os recursos financeiros internacionais permaneçam abertos. O quarto e último, ou o consenso do primado do direito e dos tribunais, reflete o que se conhece por judicialização da política, acenando para o papel que jogam as sentenças dos tribunais, frente ao domínio do privado em detrimento do público. São garantias contratuais, transações mercantis, privatizações que mesmo em demérito ou prejuízo do patrimônio social, ganham estatutos privilegiados. A sociedade brasileira foi nas últimas décadas testemunha destes embates. Em nome da ineficiência do serviço público ou do peso dos orçamentos, e a conseqüente falta de recursos da previdência, as instituições

públicas brasileiras foram privatizadas, sob forte aparato legal, ao qual não couberam recursos.

Finalmente, a criação e o fortalecimento de organismos supranacionais, caso da União Europeia, do Conselho de Segurança da ONU, além de organismos regionais, como o Mercosul não excluem os dilemas do liberalismo e da democracia representativa. Em muitos casos ela existe somente em seus aspectos formais. O domínio da política se esvai não porque seus representantes tenham muito pouco, ou quase nada a dizer, mas porque diretrizes programáticas que seriam a carta de apresentação dos partidos políticos, por exemplo, já não possuem qualquer significado. Mesmo em países onde se procura manter em algum grau os pressupostos da democracia representativa, como é o caso dos Estados Unidos, sabemos que não é bem assim porque, ao final, as instâncias midiáticas têm o domínio absoluto, seja do campo político, seja dos "humores do mercado".

3 O LABIRINTO DO FAUNO

A alegoria do Fauno na mitologia grega fala aos homens da divindade que tanto habita as selvas, cuida das colheitas, promove a agricultura sem deixar de ser ao mesmo tempo, profético e oracular. Através dele se descortina um mundo desconhecido, apresentando-se o Fauno como um deus que revela o futuro dos homens por meio dos sonhos ou como autor de aparições espectrais e sons amedrontadores. Na mitologia é possível acompanhar as transmutações do Fauno, mas aqui ele serve apenas como parte de um exercício que ultrapassa a objetividade científica para perguntar sobre os mistérios que se encontram no labirinto das florestas naturais ou nas florestas de pedra construídas pelos Homens. Quais profecias e segredos foram revelados e quais estão por vir. Dizem os antropólogos, com frequência, que não são os homens que falam aos deuses, mas os deuses que falam aos homens. Seria lícito neste contexto perguntar se já não temos os caminhos e recusamos a segui-lo, ou se as respostas dos homens em decorrência do primado da Razão esquecem-se de incluir no conhecimento outros fenômenos que estão para além do que se denomina "ciências exatas" ou "humanidades". Aos que se dispõem olhar os sinais emitidos pelo binômio Homem/Natureza, seria conveniente inquirir sobre curso não apenas complexo, mas antagônico das relações entre os seres humanos, enquanto construtoras das esferas, econômicas, políticas e sociais. Neste campo sobressaem-se a Sociologia e a Política. Responsáveis por entender a constituição e o funcionamento das instituições que tornaram viáveis aquelas relações elas abrangem, apesar das carências a que atualmente estão submetidos seus princípios ontológicos, domínios que devem dar conta dos fatos sociais (Durkheim) da ação social (Weber) ou ainda da transformação social (Marx) em consonância com os níveis material e simbólico. Por seu lado, as escolhas dos

campos teórico/metodológicos que iluminam as realidades por onde passa a História – aqui com H maiúsculo - são essenciais para que “situados” num espaço/tempo, os acontecimentos ganhem concretude e materialidade. Portanto se é possível saber a extensão dos problemas e as condições para resolvê-los, não há como saber quando e como estas condições existirão. Podemos precisar o quanto não foi esperado para a segunda metade do século passado, mas podemos “confirmar o que muitos sempre suspeitaram que a história - entre muitas outras coisas, e mais importantes - é o registro dos crimes e loucuras da humanidade. Profetizar não ajuda nada”(HOBSBAWN, 1988, p.561). Vivemos um período absolutamente dominado por um superlativo processo econômico e tecnocientífico, cujo ciclo deverá se interromper uma vez que estamos em um ponto de crise histórica. As forças de destruição dos seres vivos e do meio ambiente não deixam dúvidas sobre sua virulência, pondo em risco a herança que o homem deixou a sobre a Terra. “Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.” (HOBSBAWN, 1988, p.562).

Boaventura Souza Santos ao realizar uma releitura dos princípios fundadores das Ciências Sociais, concentra sua argumentação na crise do Contrato Social. Estão em debate os limites da democracia representativa, a implosão dos termos Estado/sociedade civil, a realização do bem comum e a legitimidade da governança. Há um crescimento sem precedentes da exclusão social produzida pelas crises do mercado de trabalho, seja pela automação, pelas transações multinacionais das empresas, seja pelo trabalho autônomo ou clandestino. A intranquilidade com a assustadora exclusão social também assume contornos de risco diante da ausência de soluções individuais e/ou coletivas, configurando uma crise paradigmática, cuja “questão é saber se ela contém algumas oportunidades para a substituição virtuosa do velho contrato social da modernidade por outro, menos vulnerável à proliferação da lógica de exclusão” (SANTOS, 1999, p.51).

Analisando os riscos desta crise Souza Santos nomeia de fascismo societal diferentes tipos de fascismo que se manifestam, primeiro, por meio do apartheid social, ou seja, através das distinções que se dão na cartografia urbana entre zonas centrais e periféricas, ou entre regiões urbanas e rurais, perpetuando um clima de tensão e medo entre elas; segundo, através do fascismo do Estado paralelo dizendo respeito às ações implementadas pelo Estado que atingem formas de governança mais democráticas em regiões urbanas civilizadas apesar de seus efeitos, por vezes limitados e incompletos, e ações que assumem formas agudas e violentas em territórios sem qualquer respeito às normas do direito, onde a presença de movimentos, ONGS e a própria imprensa fica mais distante. Os constantes assassinatos de religiosos, líderes sindicais e liderança dos trabalhadores sem terra, particularmente em Rondônia e no sul do Pará, são alguns exemplos. Terceiro, o fascismo paraestatal, que se manifesta, ou como fascismo contratual, especialmente

nos processos de privatização de setores essenciais como saúde e energia elétrica. Transformados em meros contratos individuais de consumo de serviços privatizados, a convivência do Estado com este tipo de fascismo faz com que ele perca poder em funções que anteriormente lhe diziam respeito, como a regulação social; ou como fascismo territorial quando o Estado não mais assume a responsabilidade de parte de territórios que se encontram nas mãos do capital patrimonial, com fortes prejuízos para seus habitantes. O fascismo populista seria o quarto tipo, caracterizado pela “venda de ilusões” prometidas por estilos de vida que se compram no mercado, incompatíveis com o poder aquisitivo da maioria da população. O quinto tipo ou fascismo da insegurança atinge os cidadãos permanentemente preocupados com o presente e o futuro em relação ao trabalho vivendo uma dupla contradição, pois ao mesmo tempo incitados a guardar retrospectivamente na memória a inoperância dos serviços públicos, são levados a considerar prospectivamente os benefícios das privatizações. A eficácia simbólica destas ilusões tem como meta determinados setores do mercado, como o das agências de saúde e os fundos de pensão privados. O sexto e último, denominado fascismo financeiro seria, a rigor, uma síntese do que vimos até agora, tratando-se daquele que governa os mercados. Vivemos esta realidade a cada instante. Basta olhar sua virulência para constatar seu caráter pluralista na medida em que os investidores são aqueles que movimentam o capital financeiro sem qualquer outro motivo a não ser o lucro. O mais grave, porém, é que

Este espaço/tempo por ser virtualmente instantâneo e global combinado com a lógica de lucro especulativa que o sustenta, confere um imenso poder discricionário ao capital financeiro praticamente incontrolável, apesar de suficientemente poderoso para abalar, em segundos a economia real ou a estabilidade política de qualquer país.” (SANTOS, 1999, p.55).

Jacques Derrida, em 1993, ao enunciar as “calamidades da nova ordem mundial” toca numa questão chave. Largamente estudada por juristas e especialistas em Direito Constitucional, tematizada por sociólogos e cientistas políticos e também se constituir em tema de pesquisas, congressos e relatórios, ele nem sempre alcança a divulgação necessária. Derrida refere-se aqui ao alargamento dos Estados-fantasmas - e não do Estado paralelo, como costuma se enunciar. São organizações criminosas que assaltam o Estado de maneira violenta e que agem pelo controle de venda e distribuição de drogas, pelo comércio ilegal de armas, e se caracterizam também pela lavagem de dinheiro, formação de quadrilhas, etc. Quadro conhecido não apenas da população brasileira, mas também das instituições judiciárias e policiais do Estado italiano em constante luta contra a Máfia e aos

governos da Colômbia e do México, o primeiro em luta contra frente aos narcotraficantes das FARC e o segundo frente ao sanguinário Zeta de Monterrey.

Esses Estados-fantasmas infiltraram-se e banalizaram-se em toda parte, a ponto de não se poder mais rigorosamente identificá-los. Nem mesmo, às vezes dissociá-los claramente dos processos de democratização.”... “Esses Estados fantasmas invadem não somente o tecido socioeconômico, a circulação geral dos capitais, mas também as instituições estatais e interestatais (DERRIDA, 1993, p.114).⁷

Por último, um breve registro. O cientista político José Álvaro Moisés, em artigo denominado “Quem cala corrompe”, publicado em 05/08/2012 no jornal “O Estado de São Paulo”, destaca alguns aspectos que do seu ponto de vista são fundamentais para entender a permanência da corrupção como *modus operandi* dos que representam no Brasil as instituições políticas, tanto no Congresso como no Senado Nacional, no interior de Ministérios e Secretarias, atingindo coordenações, diretorias e funcionários em geral. As causas da corrupção são velhas conhecidas, com destaque para o abuso do poder público, favorecimentos ilícitos e o alto grau de comprometimento do desempenho da democracia. Ele afirma que diferentes estudos têm apontado os mecanismos de modernização/desenvolvimento, imprensa livre e processos democráticos consistentes, como vetores que freiam o avanço da corrupção e facilitam a punição dos seus responsáveis. Porém, no caso da América Latina, após a democratização, nada menos que seis presidentes foram afastados de seus cargos. A pergunta que se faz é porque Argentina, Brasil, México e Venezuela são citados pela Transparência Internacional como nações com alto grau de corrupção. De saída pode-se dizer que a democracia em si não é garantia para o afastamento destas práticas. Moisés chama a atenção para a cultura política não apenas daqueles países, mas particularmente do Brasil, onde a aceitação do “rouba, mas faz” persiste com relativa facilidade, conforme pesquisa do próprio autor. Ela se encontra em meio aos conservadores insatisfeitos com as desigualdades sociais, entre moradores de regiões menos desenvolvidas, ou com baixo grau escolaridade e aqueles que avaliaram positivamente o governo Lula.

Aceitar a corrupção faz as pessoas admitirem que a lei pode ser fraudada, que sua capacidade de fazer valer direitos inexistente e que os rumos da política não mudam nunca. Mas a experiência de democracias consolidadas mostra que a cultura política não é imutável; ela se transforma sob o impacto de mudanças sociais, desempenho de instituições como o STF e, principalmente, o exemplo e a responsabilidade de líderes políticos e de partidos.⁸ (MOISÉS, 2012, p.15)

4 O ESTADO COMO MAIS NOVO MOVIMENTO SOCIAL?

Este artigo vem tentando acompanhar um tempo presente que carrega o peso do passado. É hora de nos defrontarmos com visões prospectivas. Chegando ao seu final, fica a certeza que ele não se filiou a grandes esperanças e nem viu com entusiasmo o que trouxe o novo século para o conjunto dos homens, tanto social, como individualmente. Acompanhado de autores que compartilharam as ideias aqui expostas, fez-se necessário encontrar na Utopia, como assinalamos anteriormente, algum respaldo para com ela estabelecer um espaço dialógico que conflua na direção do futuro. Porém, não seria justo esquecermos dos autores que estiveram conosco e que, de uma ou outra forma, esboçaram algumas linhas sobre questões candentes, ainda sem soluções de curto prazo. Começamos com Edgar Morin. Para ele, a política situa-se no mais elevado grau das ciências sociais, por ser ela que aborda simultaneamente o que se apresenta de forma tanto simples quanto complexa, reflexões que se voltam ao destino do homem e do mundo. É ela que desafia a ação, embora toda ação política tenha destino incerto. Não há como ter dúvidas sobre as diferentes formas de violência - um dos grandes desafios deste século - que assolam todos nós, e muito menos ilusões sobre do que é capaz a loucura humana. Ele lembra a necessidade do reconhecimento de outros movimentos, movimentos de resistência e revolução, muito embora devamos estar dispostos ao Nada. De todo modo, devemos preparar-nos "para as libertações, mesmo efêmeras, para surpresas divinas, para os novos êxtases da história..." (MORIN, 1981, p.360).

O segundo nome seria o de Benedict Anderson. Com ele vimos que, apesar do que nos mostra a história dos séculos XVII/XVIII, os Estados-nação não têm como se furtar a determinadas responsabilidades, mesmo que de forma incompleta ou incompetente. Apesar de seu papel histórico ter um tom ultrapassado, Anderson reafirma sua crença no seu papel enquanto instituição política, presumindo que organismos transnacionais e regionais venham neste século a desempenhar papel relevante. Ele aposta, por fim, no papel do Estado-nação visto como "mediador necessário entre os movimentos irresponsáveis da economia mundial e as populações reais. Ainda não temos sérios competidores para a "nação", enquanto objeto de identificação, ainda que os Estados-nação sejam hoje bem mais fracos do que eram antes. (ANDERSON, 1999, p. 169).

A idéia do Estado como novo movimento social tem origem em Boaventura Souza Santos. É ela que possivelmente criaria condições para a fundação de um novo Contrato Social, ao pressupor a transformação do Estado, hoje incapaz de responder às suas funções reguladoras à sua despolitização e consequente perda do poder regulatório, da soberania e da legitimidade. É deste quadro que deverá surgir outra forma de organização política, da qual o Estado é uma de suas partes

constitutivas, transformando-se em um novíssimo movimento social, enquanto articulador de redes, organizações e movimentos onde se inserem representantes dos setores público e privado, além de elementos nacionais e internacionais. Em lugar da verticalidade que define a democracia representativa, teríamos a horizontalidade regendo as relações entre público/privado ou, em outros termos, o bem comum passaria a ser revistos em negociações coordenadas pelo Estado. “Esta nova organização política, que é de fato um conjunto muito heterogêneo de organizações e de fluxos não tem centro, e a coordenação do Estado funciona como imaginação do centro” (SANTOS,1999, p.67).

Se a despolitização do Estado só faz sentido em sua antiga configuração, coloca-se aqui o problema do que ele chama de repolitização, enquanto um processo que se daria nas relações política estabelecidas na administração pública, a partir de distintos interesses, que atingem tanto o setor público quanto o privado. A sugestão é que o Estado se afaste de seu poder institucional inserindo-se na luta política, porque é neste novo campo que o fascismo societal busca espaço. Através de articulações, grupos de pressão, marketing etc, o objetivo é alterar o Estado, tornando-o parte de seu campo privado. Esta luta só seria possível através da democracia redistributiva que visa colocar o Estado como ator privilegiado do espaço público não estatal. Características estas que o tornariam mais voltado aos aspectos da redistribuição, ou em últimas palavras, caos critérios da inclusão/exclusão. “Por isso, a tensão entre democracia e capitalismo, que é urgente reconstruir, só o pode se se a democracia for concebida como democracia redistributiva” (SANTOS,1999 p.68).⁹

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último caberia dizer que este texto procurou, primeiramente, sistematizar um quadro - ainda que contingente - das diferentes situações políticas nas quais os Estados-nação estiveram no centro dos acontecimentos; em segundo lugar que estas reflexões levaram à uma aproximação com o século XXI, constatando que ele trouxe para o conjunto da humanidade, benefícios e mazelas acumulados no século passado. Embora tenham sido deixadas de lado considerações sobre o impacto dos meios de comunicação de massa, as artes, particularmente o cinema, a fotografia e o avanço da ciência, foi o afastamento necessário dos estudos baseados em dados empíricos que forneceu arsenal para que alguns indícios sobre como e, por que, vivemos em perene situação de risco. As apostas impõem um grau de transformação que vai além do que deve ser reordenado e/ou refundado. Não se trata de ter mais ou menos esperança ou desconsiderar ideais que serviram de alicerce para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Neste sentido, as

ciências sociais, frente à crise paradigmática do Contrato Social, ainda contam com um arsenal nada desprezível de instrumentos que permitem olhar a realidade, sob o prisma da crítica. Autores se puseram desafios: uns em verificar as mutações que atingem o Homem em sua constituição bio-psico-social, outros em abrir campos estudo e pesquisa, terminando por encontrar cenários sombrios e ameaçadores para a Terra e para os homens. Outros, como Frederic Jameson, souberam colocar a Utopia, num ponto de encontro com a Política. É com ele que encerramos nossas reflexões:

Esperava transmitir um coisa que ainda não disse, ou seja, que as utopias são ficcionais, ainda que também sejam inexistentes. Na verdade, as utopias chegam até nós como mensagens pouco audíveis de um futuro que pode nunca acontecer. Deixo a articulação dessa mensagem com os utopistas de Mattapoisett, de Marge Piercy - viajantes do tempo de um futuro que, avisem-nos, talvez nunca venha a existir sem nós e sem o nosso presente: Vocês podem nos extinguir... Vocês individualmente, podem deixar de nos responder ou de lutar em sua própria vida e em sua própria época. Vocês, do se seu tempo, podem deixar totalmente de lutar... mas nós temos de lutar para existir, para continuar existindo, para ser o futuro que vai acontecer. Foi por isso que viemos até vocês (JAMESON, 2006, p.176).

NOTAS

*Antropóloga e professora aposentada da UNESP – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho. maria_ercilia@uol.com.br. Rua Cotoxó, 429, ap.52 CEP 05021-000/SÃO PAULO/SP

¹"A dicotomia Estado/Sociedade Civil desencadeou uma relação dinâmica entre os dois conceitos que, em termos gerais pode ser caracterizado como uma abordagem recíproca e constante de um pelo outro". Souza Santos, Boaventura de. A Crítica da Razão Indolente, São Paulo, 2000 p.174. Sob o ponto de vista estritamente filosófico, Serres, Michel. O Contrato Natural, 1991.

²Sobre o tema consultar: More, Thomas. Utopia, São Paulo, 1999, em especial, Introdução pp XIII a XXXIX. Ver ainda Skinner, Quentin, A "Utopia" e a Crítica ao Humanismo In: As Fundações do Pensamento Político Moderno, 1996, pp. 273-280.

³A descompartimentalização das ciências pode ser constatada em várias áreas e as junções que elas provocam são exemplares no sentido de alargar o conhecimento do binômio homem/natureza, ou das ciências da natureza e as ciências da cultura. Ver: Serres Michel, O Incandescente, 2005pp. 160/193.

⁴ Com a dominação e a instalação de colônias nos continentes asiático e europeu, a Inglaterra fica com a maior parte do monopólio da exploração em países cujo sub-solo ofereciam as maiores riquezas. As jazidas de ouro na África do Sul seria um desses exemplos, sem esquecer a Índia, sua colônia de maior relevância e a mais paradigmática. Estabelecidas Metrôpoles e Colônias, retalham-se os continentes, sem ter em conta divisões territoriais pré-existentes assim como não se considera a diversidade dos universos culturais, refletidos nas relações de parentesco, na religião, na língua, etc. Tornada obrigatória a presença física do colonizador, seja enquanto administrador, comerciante, exportador e, assim por diante, ele irá se constituir na figura emblemática ou no polo oposto da contradição colonizador/colonizado.

⁵ Calcado na ideia de progresso, civilização, razão, superioridade branca contraposta ao atraso, ao exótico, ao bárbaro, ao inferior, ao negro e - sem esquecer que esta dominação se dá através da implantação das desigualdades econômicas, políticas e culturais - uma dialética de consequências intransponíveis define o Eu e o Outro. Ao se revelar como diferença este Outro será observado, estudado, quase dissecado, para ser efetivamente dominado ou se quisermos ocidentalizado. Ativistas e intelectuais oriundos das colônias francesas, caso de Frantz Fanon ou Albert Memmi, são unânimes em afirmar que sem a introdução de elementos que modificariam definitivamente a história e a dinâmica das colônias, como a imposição de língua francesa ou inglesa, a colonização não alcançaria sucesso. A introdução de um universo simbólico novo, resignificando o que até então existia, desfigurando a cultura e as sociedades, históricos, encontra nas missões, tanto cristãs ou católicas, os elementos responsáveis pela inserção entre os "nativos" de uma nova fé e uma nova moral forjada em moldes ocidentais.

⁶ La finalidad de la limpieza étnica es clara: homogeneizar la población mediante la eliminación de los elementos extráneos o impuros". ... "En quanto a los médios utilizados, se orientam a quatro objetivos: saciar um instinto de crueldade que aflora siempre em determinados indivíduos cuando viven situaciones de violencia generalizada; provocar el terror com la finalidad de obtener la salida de los indeseables; envilecer a la víctima com el objetivo de marcar indeblemente la diferencia étnica; propagar el ódio entre las comunidades para producir lo irreparable." Julliard, Jacques. El fascismo que viene, 1994, p.91.

⁷ "Em lugar de cantar o advento do ideal da democracia liberal ou do mercado capitalista na euforia do fim da história, em lugar de celebrar o "fim das ideologias" e o fim dos grandes discursos emancipatórios, não descuidemos nunca desta evidência macroscópica, feita de inúmeros sofrimentos singulares: nenhum progresso permite ignorar que nunca, em número absoluto, nunca tantos homens, mulheres e crianças foram subjugados, passaram fome e forma formalmente exterminados sobre a terra". Derrida, Jacques. Espectros de Marx, 1993, p.117.

⁸ Os presidentes atingidos foram: Carlos Menem da Argentina, Alberto Fujimori e Alan Garcia do Peru, José Lopes Portillo e Carlos Salinas de Gortari do México, Abdala Bucaram do Equador, Rafael Caldera e Carlos Andrés Perez da Venezuela, além de Fernando Collor de Malo do Brasil.

⁹ A concepção a respeito dos novos movimentos sociais, com a sigla em inglês NSM, não é nova. Ela encontra resistências, entre vários pensadores, como Castells e Alain Touraine, uma

vez que as dificuldades estariam, por exemplo, em saber a quem de fato é o adversário. O que não fica claro é como militantes tanto, dos movimentos de direitos civis ou dos movimentos feministas, por exemplo, estabelecem distinções e conexões em suas lutas contra o sistema. Ver: "Social Movements and Capitalism". In *The Cultures of Globalization*, 1998, p.291-305

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. As Promessas do Estado Nação para o Início do Século. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

BRASIL - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo, Editora Saraiva, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (Europa 1789-1848)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Edição, 1979.

_____. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Frederic. A Política da Utopia. In: SADER, Emir (org). **Contragolpes: Seleção de Artigos da New Left Review**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006

JULLIARD, Jacques. **El Fascismo que Viene**. Madrid, Acento Editorial, 1994.

MOISÉS, José Álvaro. Quem Cala Corrompe. São Paulo, **Jornal O Estado de S. Paulo**, 05/08/2012.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MORIN, Edgar. **Para Sair do Século XX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986

MORIN, Edgar. In: **Ideias Contemporâneas: Entrevistas do Le Monde**. São Paulo, Ática, 1989.

PRIGOGINI, Ilya. In: **Ideias Contemporâneas: Entrevistas do Le Monde**. São Paulo, Ática, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a Democracia: Entre o Pré-Contratualismo e o Pós-Contratualismo. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

_____. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo, Cortez, 2002.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

SHERIF, Hetat. Dollarization, Fragmentation, and God. In: JAMESON, Frederic and MYOSHI, Masao. **The Cultures of Globalization**. Durham, Duke University Press, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa, Edições 70, s/d.

Artigo recebido para publicação em 10 de agosto de 2012.